

QUEM CENSUROU GRAMSCI? A RECEPÇÃO PÓS-COLONIAL DOS “GRUPOS SOCIAIS SUBALTERNOS”¹

Marcus E. Green²

Desde os anos 1990 “grupos sociais subalternos” tem se tornado uma das categorias Gramscianas mais proeminentes e vastamente usadas.³ A recepção internacional da categoria se deve amplamente ao trabalho de Ranajit Guha e ao grupo de historiadores Ingleses e Indianos que fundaram o Coletivo Sul-Asiático de Estudos Subalternos (South Asian Subaltern Studies Collective).⁴ Na discussão inaugural da série *Estudos Subalternos*, Guha citou Gramsci como uma das maiores influencias na fundação do coletivo de pesquisas.⁵ De 1982 a 2005, o Coletivo Estudos Subalternos publicou doze volumes da série *Estudos Subalternos*. Em 1988, Guha e Gayatri Chakravorty Spivak publicaram uma seleção dos ensaios fundamentais destas series, com introdução de Edward Said, com o título *Seleção de Estudos Subalternos* (Selected Subaltern Studies), e em 1997, Guha publicou *O Leitor da Estudos Subalternos 1986 – 1995* (*A Subaltern Studies Reader*), que inclui alguns dos ensaios mais importantes da série.⁶ O foco da Estudos Subalternos teve um grande impacto. Isso contribuiu para a formulação da intervenção extremamente influenciável de Spivak, “Can the Subaltern Speak?” (*O Subalterno pode falar?*), a qual motivou novas linhas de pesquisas.⁷ Nos anos 1990, sua influência foi para além da Índia e sul da Ásia, já que intelectuais adotaram projetos de pesquisa e modos de investigação semelhantes em várias regiões do mundo, incluindo América Latina, Irlanda, Africa, Oriente Médio e Estados Unidos, entre outros. Para além do objetivo original da série de publicações da *Estudos Subalternos*, ora os “estudos subalternos” englobam um modo reconhecível de pesquisa e de campo de estudos.⁸ A Estudos Subalternos, como indicam Neelam Srivastava e Baidik Bhattacharya, “é, talvez, o legado mais visível de Gramsci no panorama dos estudos interdisciplinares pós-coloniais hoje”.⁹

Antes da publicação da *Estudos Subalternos*, a categoria de “grupos sociais subalternos” estava praticamente esquecida nos estudos Gramscianos, especialmente no mundo anglófono.¹⁰ Dada

¹ Tradução de Rodrigo Francisco Maia.

² Professor de Ciência Política na Otterbein College, USA.

³ Guido Liguori, “Tre accezioni di ‘subalterno’ in Gramsci,” *Critica marxista* no. 6 (2011): 33–42.

⁴ Além de Guha, os membros fundadores do Coletivo de Estudos Subalternos incluem Shahid Amin, David Arnold, Gautam Bhadra, Dipesh Chakrabarty, Partha Chatterjee, David Hardiman e Gyanendra Pandey.

⁵ Ranajit Guha, “Prefácio”, em *Estudos Subalternos I: Writings on South Asian History and Society*, Ranjit Guha (ed), Delhi: Oxford University Press, 1982, vii. Cf., Ranjit Guha, “Omaggio a un maestro”, in *Gramsci, Le Culture e Il Mondo*, ed. Giancarlo Schirru (Roma: Viella, 2009), 31-40. Em nota, o Editorial Coletivo Estudos Subalternos publicou doze volumes da *Estudos Subalternos*, Guha foi o editor principal das séries de 1982 até 1988, e editou os primeiros seis volumes.

⁶ Ranjit Guha e Gayatri Chakravorty Spivak, eds., *Selected Subaltern Studies* (New York e Oxford: Oxford University Press, 1988); e Ranjit Guha, ed., *A Subaltern Studies Reader, 1986 – 1995* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997).

⁷ Gayatri Chakravorty Spivak, “Can the Subaltern Speak?”, in *Marxism and the Interpretation of Culture*, ed. C. Nelson e L. Grossberg (Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1988), pp. 271-313.

⁸ Dipesh Chakrabarty, “Subaltern Studies and Postcolonial Historiography,” *Nepantla: Views from South* 1, no. 1 (2000): 9–32.

⁹ Neelam Srivastava and Baidik Bhattacharya, “Introduction: The Postcolonial Gramsci,” in *The Postcolonial Gramsci*, ed. Neelam Srivastava and Baidik Bhattacharya (New York: Routledge, 2012), p. 9.

¹⁰ Joseph A. Buttigieg, “Sulla categoria gramsciana di ‘subalterni,’” *Critica marxista* no. 1 (1998): 55–62.

a recepção internacional do conceito, os estudos Gramscianos possuem um débito com a *Estudos Subalternos* pelo reconhecimento de um aspecto do pensamento de Gramsci que foi amplamente esquecido. Os estudos subalternos, como um campo, porém, não é inteiramente Gramsciano. Ainda que Gramsci seja frequentemente considerado o “mentor original dos Estudos Subalternos”, e ainda que alguns de seus fundadores reivindicuem que a série foi “inspirada em Gramsci”, o campo dos estudos subalternos inclui vários pontos de vista, orientações teóricas e disciplinas que são mais numerosas do que o título sugere.¹¹ Nas palavras de David Ludden, “os Estudos Subalternos implantaram algumas das ideias de Gramsci, mas em última análise a *Estudos Subalternos* reinventou a subalternidade”.¹²

Ainda que referências a Gramsci apareçam na literatura de estudos subalternos e pós-coloniais, é questionável se seus escritos foram seriamente lidos e entendidos. Como escreveu Eric Hobsbawm algum tempo atrás: “Ser citado não significa garantia de conhecimento, tampouco de compreensão do autor em questão, todavia é sempre um sinal de uma certa presença intelectual”.¹³ De fato, existe um grande equívoco na literatura de que a frase “grupos sociais subalternos” nos *Cadernos do Cárcere* seja um código, ou o eufemismo, de “proletariado”. Sem evidência, vários pesquisadores afirmaram que Gramsci usou “subalterno” como um código para “proletariado” para enganar as autoridades fascistas da prisão. Essas declarações derivam de afirmações exageradas sobre a autocensura de Gramsci e do fato de que quase todos os pesquisadores proeminentes dos Estudos Subalternos se apoiam em traduções incompletas dos *Cadernos do Cárcere*, para além de negligenciar os numerosos apontamentos a respeito dos grupos subalternos já disponíveis em inglês.¹⁴ Num primeiro olhar, a “tese da censura” parece ser uma afirmação inócua, mas este equívoco limita e condena a categoria Gramsciana de “grupos sociais subalternos” aos termos estritos de classe e falha em considerar as fundações teóricas e as implicações radicais de sua análise. Neste sentido, os Estudos Subalternos abrem Gramsci para uma nova leitura que evidencia a importância dos grupos sociais subalternos em seus escritos, mas ao mesmo tempo limita tal leitura ao interpretar erroneamente o significado de “subalterno”.

Gramsci, de fato, usou uma série de circunlocuções para escapar das autoridades da prisão. Porém, uma análise de seu uso das frases “classes subalternas” e “grupos sociais subalternos” revelam que ele não usou os termos como um código para “proletariado”, mas desenvolveu os conceitos para identificar e analisar as políticas e as atividades das classes subordinadas e dos grupos sociais na história italiana, na Roma antiga e nas Comunas medievais, no *Risorgimento* e no Estado moderno. As análises separadas de Gramsci revelam seu entendimento dinâmico a respeito da subordinação política, o que fornece um enriquecimento das categorias tradicionais marxianas. Para Gramsci, a subordinação dos subalternos não é meramente limitada às relações de classe; esta é constituída através da exclusão, dominação, e marginalidade em suas várias formas, e o entendimento crítico de tais condições é vital para sua transformação.

¹¹ K. Sivaramakrishnan, “Situating the Subaltern: History and Anthropology in the Subaltern Studies Project,” in *Reading Subaltern Studies: Critical History, Contested Meaning and the Globalization of South Asia*, David Ludden (ed), London: Anthem, 2002, p. 234. Além de Guha, Dipesh Chakrabarty e Partha Chatterjee afirmam que a *Estudos Subalternos* foi inspirada em Gramsci. Ver Dipesh Chakrabarty, “Radical Histories and Question of Enlightenment Rationalism: Some Recent Critiques of *Subaltern Studies*,” *Economic and Political Weekly*, vol. 30, no. 14 (8 April 1995), pp. 751–59; e Partha Chatterjee, “The Stories of People of No Importance: India’s History from Below,” *Le Monde Diplomatique*, (March 2006).

¹² David Ludden, “A Brief History of Subalternity,” in *Reading Subaltern Studies: Critical History, Contested Meaning and the Globalization of South Asia*, David Ludden (ed), London: Anthem, 2002, pp. 5, 15.

¹³ Eric Hobsbawm, ‘Per capire le classi subalterne,’ *Rinascita* 44(8), 28 febbraio 1987, p 23

¹⁴ Presentemente, o Caderno 25 *Ai margini della storia (Storia dei gruppi sociali subalterni)* está disponível em inglês, e uma importante parte das notas iniciais sobre as classes subalternas e grupos subalternos nos Cadernos 1-8 aparecem na edição crítica de Joseph A. Buttigieg dos *Cadernos do Cárcere*, vols. 1–3 (New York: Columbia University Press: 1992, 1996, 2007).

1. “SUBALTERNO” COMO PALAVRA CÓDIGO PARA “PROLETARIADO”?

O equívoco a respeito de que as notas de Gramsci sobre as “classes subalternas” e os “grupos sociais subalternos” são discussões ocultas surgiu nos anos 1980 com a proeminência dos Estudos Subalternos. David Arnold, membro fundador do coletivo editorial *Estudos Subalternos*, publicou um artigo influente e perspicaz no *Journal of Peasant Studies*, intitulado “Gramsci and Peasant Subalternity in India” (1984) (Gramsci e a Subalternidade Camponesa na Índia), no qual ele aludia à conexão entre a palavra “subalterno” nos *Cadernos do Cárcere* e a censura da prisão. Arnold, inicialmente escreveu: “...o uso de Gramsci do termo ‘subalterno’ é de importância singular. Numa avaliação mínima, pode ser considerado um pouco mais do que uma abreviação conveniente para uma variedade de classes subordinadas – trabalhadores industriais, camponeses, operários, artesãos, pastores, etc.”¹⁵ Esta descrição é amplamente consistente em relação ao uso de Gramsci do termo. Mas de um modo um pouco contraditório, Arnold também afirma que o uso de Gramsci do termo “pode ter sido incitado pela necessidade de evitar a censura a qual poderia ser atraída por alguma palavra mais politicamente explícita, tal como ‘proletariado’”.¹⁶ Arnold não forneceu nenhuma evidência textual para fundamentar sua hipótese, mas a mera possibilidade de que Gramsci “pode ter sido incitado” a usar a palavra “subalterno” fora de alguma forma de censura da prisão forneceu as bases para que outros apresentassem a suposição como fato. Em uma entrevista de 1987, que foi posteriormente publicada no *The Post-Colonial Critic*, Spivak apresentou a equivalência subalterno-proletariado como fato e acenou o caminho pelo qual o termo tinha sido “transformado” para além do uso de Gramsci, presumivelmente pelo trabalho de Guha e a *Estudos Subalternos*:

Eu gosto da palavra “subalterno” por uma razão. É verdadeiramente situacional. “Subalterno” inicia como uma descrição de um certo tipo de classificação na área militar. A palavra era usada por Gramsci sob a censura: ele chamava o Marxismo de “monismo”, e era obrigado a chamar o proletariado de “subalterno”. Esta palavra, usada sob coação, tem sido transformada na descrição de tudo que não cabe numa rigorosa análise de classe. Eu gosto disso, pois não tem um rigor teórico. (SPIVAK, 1990, p.141).¹⁷

Em uma entrevista em 1992, Spivak fez uma afirmação parecida: “Agora a palavra ‘subalterno’ como se sabe é a descrição de uma coisa militar. Se sabe que Gramsci usou isso pois estava obrigado a se censurar na prisão”.¹⁸ A consequência dessas afirmações é que Gramsci não teorizou a categoria dos grupos sociais subalternos de modo algum, mas de fato permaneceu um Marxista rigorosamente “ortodoxo” interessado apenas em classe ou formas de subordinação da classe trabalhadora, e a questão é transcender a concepção restrita de Gramsci. Por exemplo, como escreveu David Lloyd em 1993: “‘Subalterno’, um dos muitos eufemismos pelos quais Gramsci buscou se esquivar da censura da prisão, poderia possivelmente ser traduzido de maneira precisa em termos do Marxismo ortodoxo como ‘proletário’”.¹⁹ Por causa do suposto entendimento marxiano restrito de Gramsci da subordinação em termos de classe, Guha e a *Estudos Subalternos* parecem ter expandido a definição e a análise para além da ideia de classe. Por exemplo, de acordo com Neil Rogall, “O termo *Subalterno* [no título da *Estudos Subalternos*] foi tomado do eufemismo de Gramsci

¹⁵ David Arnold, “Gramsci and Peasant Subalternity in India,” *Journal of Peasant Studies*, vol. 11, no. 4 (1984): 155–177, p. 162.

¹⁶ Arnold, “Gramsci and Peasant Subalternity in India,” p. 162.

¹⁷ Gayatri Chakravorty Spivak, “Negotiating the Structures of Violence,” in *The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues*, ed. Sarah Harasym, New York: Routledge, 1990, p. 141.

¹⁸ Gayatri Chakravorty Spivak, “Interview with Gayatri Chakravorty Spivak: New Nation Writers Conference in South Africa.” Interview Conducted by L. De Kock,” *Ariel* 23, no. 3 (1992): 29-47 (p. 45).

¹⁹ David Lloyd, *Anomalous States: Irish Writing and the Post-Colonial Moment*, Durham: Duke University Press, 1993, p. 126.

para proletariado em seus *Cadernos do Cárcere*. Porém, o coletivo Estudos Subalternos usava isso como um termo genérico para todos os grupos que viam como oprimidos – o proletariado, o camponês, mulheres, os indígenas”.²⁰ Em seu livro, *Subalternity and Representation* (1999), John Beverly assenta as supostas limitações do entendimento de Gramsci sobre “subalterno” e Marxismo:

É claro que para Gramsci “subalterno” e “popular” eram conceitos intercambiáveis... Neste sentido, seu recurso à terminologia das “classes subalternas” ou “grupos subalternos” (Gramsci usava ambas as formas) pode ser simplesmente um aspecto da língua de Esopo dos *Cadernos* – o uso de Gramsci dos eufemismos se dava para não despertar indevidamente a censura da prisão. Sendo assim, “subalterno” deve ser lido como camponeses e trabalhadores, do mesmo modo como “filosofia da práxis” deve ser lida como Marxismo, ou “integral” como revolucionário. E assim, para muitos que se consideram marxistas, a questão do subalterno deve ser devidamente encerrada. (BEVERLEY, 1999, p.12).²¹

De acordo com esta perspectiva, portanto, Gramsci tem pouco ou nada a oferecer aos Estudos Subalternos, dados os supostos limites de seu Marxismo e a alegada estreiteza de seu conceito de subalterno – ou ainda a falta disso. Repetições de tal afirmação aparecem nos estudos subalternos e na literatura pós-colonial, mas nunca com uma análise textual ou referência à edição crítica dos *Quaderni del Carcere*, com efeito esquecendo as maneiras particulares pelas quais Gramsci entendeu classe e expandiu categorias Marxianas.²²

Além das afirmações sobre a estreiteza do marxismo de Gramsci, existe uma corrente de estudos pós-coloniais que defende o afastamento da análise de classe e grupo como um todo, com a adoção da noção de “subalterno singular” que Spivak desenvolveu em seu artigo “Can the Subaltern Speak?” (O Subalterno pode falar?). Por exemplo, Robert J. C. Young afirma que “foi Spivak, não Gramsci, quem inventou ‘o subalterno’” como uma figura singular.²³ Nas palavras de Young: “Como um marxista ortodoxo treinado de muitas maneiras pelo Comintern, Gramsci se refere também a ‘classi subalterne’ ou ‘gruppi sociali subalterni’” (‘classes subalternas’ ou ‘grupos sociais subalternos’).²⁴ Young não explica como a referência de Gramsci aos grupos subalternos e classes deriva do Marxismo ortodoxo ou como sua análise é limitada a tais categorias, logo, negligenciando o conjunto das relações sociais, que é o foco central da categoria Gramsciana. “Desde a intervenção de Spivak”, de acordo com Young, “o subalterno tem se transformado em um novo e poderoso paradigma em nossos tempos cautelosos, mostrando como a singularidade subalterna pode decretar uma política disjuntiva do pertencimento, através de seus atos de insubordinação e insurreição”.²⁵ Nas palavras de Spivak, ela “estava olhando para a subalternidade feminina como um singular, mais do que necessariamente para uma subalternidade de classe”.²⁶ Como ela argumentou anteriormente, “O mundo do pensamento de Gramsci era de gênero único”.²⁷

²⁰ Neil Rogall, “Subaltern Studies,” *London Socialist Historians Group Newsletter* no. 4 (Autumn 1998) p. 2.

²¹ John Beverly, *Subalternity and Representation: Arguments in Cultural Theory*, Durham, N.C.: Duke University Press, 1999, p. 12.

²² Ver, *inter alia*, O. P. Dwivedi, “The Subaltern and the Text: Reading Arundhati Roy’s the God of Small Things”, *Journal of Asia Pacific Studies* 1, no. 2 (2010): 387–94. Partha Chatterjee, “Gramsci in the Twenty-First Century,” in *The Postcolonial Gramsci*, ed. by Neelam Srivastava and Baidik Bhattacharya (New York: Routledge, 2012), p. 119; Gayatri Chakravorty Spivak, “In Conversation with Gayatri Spivak,” Interview by Nazish Brohi, *Dawn* (Pakistan, December 23, 2014), <http://www.dawn.com/news/1152482>.

²³ Robert J. C. Young, “Il Gramsci Meridionale,” in *The Postcolonial Gramsci*, ed. Neelam Srivastava and Baidik Bhattacharya (New York: Routledge, 2012), p. 31

²⁴ Young, “Il Gramsci Meridionale,” p. 31.

²⁵ Young, “Il Gramsci Meridionale,” p. 32.

²⁶ Gayatri Chakravorty Spivak, “Interview with Gayatri Chakravorty Spivak,” in *The Postcolonial Gramsci*, ed. Neelam Srivastava and Baidik Bhattacharya (New York: Routledge, 2012), p. 224.

²⁷ Gayatri Chakravorty Spivak, “Scattered Speculations on the Subaltern and the Popular,” *Postcolonial Studies* 8, no. 4 (2005), p. 479.

Metodologicamente, o exame de Gramsci sobre os grupos sociais subalternos foca no conjunto das relações sócio-políticas e econômicas nas quais os grupos subalternos, classes, e indivíduos estão imersos. Mudando a ênfase do conjunto das relações sociais para as figuras do indivíduo subalterno – uma posição parecida com o individualismo metodológico – tem o potencial de diluir a intenção metodológica e historiográfica de descobrir as origens da subordinação. A diluição e a imprecisão do conceito de subalterno são o ponto que Spivak tinha abordado em discussões anteriores. Numa conferência, em 2001, Spivak supostamente comentou que “Hoje em dia, ter um dia de cabelo ruim é subalterno”, em relação ao uso vago do conceito.²⁸ Em uma entrevista com Baidik Bhattacharya, Spivak explicou a perda do “poder definitivo” do conceito. “Por poder definitivo”, ela escreveu, “Eu entendo o poder de nos dar definições que são também regras de ouro, logo podemos progredir, ao invés de simplesmente produzir conhecimento como poder”.²⁹ Como exemplo da “diluição” de subalterno como conceito em uma forma de “vitimização indiferenciada”, ela critica “o surpreendente axioma de Fredric Jameson de que o ‘subalterno é qualquer um que se sinta inferior’”.³⁰ Neste sentido, entre pesquisadores pós-coloniais, parece que a transformação da historiografia do subalterno a partir do exame de classe, cultura, poder, e hegemonia para figuras subalternas singulares seja considerada uma inovação, e a passagem da subalternidade singular para a “vitimização indiferenciada” constitui a diluição do conceito e a perda do “poder definitivo”. Dadas estas posições, não é claro quais elementos definitivos do entendimento de Gramsci sobre grupos sociais subalternos tenham sido retidos na recepção pós-colonial do conceito.

2. A “LÍNGUA DE ESOPPO” DE GRAMSCI, A FILOSOFIA DA PRÁXIS E OS GRUPOS SOCIAIS SUBALTERNOS

As afirmações exageradas sobre os efeitos da censura da prisão nas terminologias de Gramsci parcialmente derivam dos modos pelos quais seus Cadernos foram primeiramente publicados em italiano e, então, traduzidos em inglês. Não há dúvida de que Gramsci tenha escondido das autoridades da prisão o significado de algumas de suas notas, mas a extensão da “censura” nos Cadernos do Cárcere é rotineiramente exagerada, o que é mais um resultado dos modos pelos quais os Cadernos tem sido editado e publicado do que a complexidade da circunlocução de Gramsci. O entendimento da especificidade da terminologia criptográfica de Gramsci demonstra que “grupos sociais subalternos” era de fato um conceito novo, e não um eufemismo para “proletariado”.

Antes da publicação da edição temática dos *Cadernos do Cárcere*, Tatiana Schucht e Piero Sraffa – os quais sabiam das condições da prisão de Gramsci e as restrições que ele confrontava ao compor os cadernos – reconheceram a natureza críptica dos seus escritos. Em uma carta para a esposa de Gramsci, Giulia, em 5 de maio de 1937, dias após a morte de Gramsci, Tatiana explicou que Gramsci foi capaz de reter seus cadernos durante o encarceramento “scrivendo in linguaggio esopico” (“escrevendo em linguagem esópica”).³¹ Sua alusão à língua de Esopo se refere à técnica de escrita, desenvolvida na Rússia Tsarista, no uso de linguagem metafórica e eufemismos para eludir a censura

²⁸ See Jill Didur and Teresa Heffernan, “Revisiting the Subaltern in the New Empire,” *Cultural Studies* 17, no. 1 (2003): 1–15.

²⁹ Spivak, “Interview with Gayatri Chakravorty Spivak,” p. 221.

³⁰ Spivak, “Entrevista com Gayatri Chakravorty Spivak,” pp. 221-2. Spivak está provavelmente se referindo ao comentário que Fredric Jameson fez em seu artigo “Third-World Literature in the Era of Multinational Capitalism,” *Social Text*, no. 15 (1986): 65–88. Jameson escreveu: “Precipitadamente, vou sugerir que ‘revolução cultural’ tal como é projetada em tais trabalhos desperta o fenômeno do que Gramsci chamou de ‘subalternidade’, nomeadamente os sentimentos de inferioridade mental e hábitos de subserviência e obediência que necessariamente e estruturalmente se desenvolvem nas situações de dominação – mais dramaticamente nas experiências dos povos colonizados” (76).

³¹ Tatiana Schucht tal como mencionada por Giuseppe Vacca, *Vita e pensieri di Antonio Gramsci 1926–1937*, p. 324. A carta, que não foi publicado, está arquivada na Fondazione Istituto Gramsci.

política.³² Por exemplo, no prefácio do *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, Lênin explica que escreveu o panfleto em “uma linguagem alegórica – aquela maldita língua de Esopo”.³³ Tatiana provavelmente sabia dessas condições, mas não é claro o quê precisamente ela queria dizer por natureza Esopiana dos cadernos de Gramsci.³⁴ A questão se tornou um ponto de consideração na preparação dos *Cadernos* para publicação. Em 1947, depois da revisão das provas do volume *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*, Sraffa enviou para Felice Platone e o comitê editorial uma lista de correções e sugestões.³⁵ Gramsci, explicou Sraffa, confrontava um “duplo perigo”: seu trabalho poderia ter sido interrompido se as autoridades da prisão considerassem isso “suspeito”, e “o fascismo poderia desfrutar de seus manuscritos, através de publicações parciais ou falsificadas”.³⁶ Sraffa chamou atenção para a confusão textual que Platone criou ao substituir o uso de Gramsci da frase “filosofia da práxis” por “materialismo histórico”. Sraffa argumentou que era “absolutamente essencial” manter a terminologia original de Gramsci ou, no mínimo, incluir notas ao texto onde Platone havia feito substituições.³⁷ Sraffa também sugeriu que o prefácio deveria informar o leitor sobre a natureza da terminologia de Gramsci e as circunstâncias de suas condições.

Platone seguiu algumas das sugestões de Sraffa e ignorou outras. Ocasionalmente, ele substituiu referências originais de Gramsci à “filosofia da práxis” por “materialismo histórico” e “marxismo”, e incluiu um glossário de pseudônimos e expressões que Gramsci usava para iludir as autoridades da prisão. No prefácio, Platone descreveu os obstáculos da administração da prisão que Gramsci confrontava, incluindo a questão da censura:

Um primeiro obstáculo grave era a censura e o controle que a administração carcerária podia exercer em qualquer momento sobre todos os escritos. Era necessário afastar a suspeita de que os cadernos fossem escritos políticos, de partido, evitar o máximo possível, particularmente nos primeiros cadernos e nas primeiras folhas de cada caderno, de falar de proletariado, de comunismo, de bolchevismo, de Marx, de Engels, de Lênin, de Stálin, do Partido; abandonar a terminologia tradicional dos marxistas, os termos de revolução proletária, ditadura do proletariado, sociedade socialista, partido da classe operária: renunciar a citar os títulos de algumas obras fundamentais dos grandes teóricos do marxismo e mesmo adaptar-se à paráfrase, ao invés de citar literalmente, trechos de Marx e de Engels. (PLATONE, p.xix).³⁸

Platone, posteriormente, explicou que por causa da “impossibilidade de consultar os textos dos teóricos marxistas, Gramsci teve muitas vezes que citar de memória”, ou extrair citações de Marx dos textos de Croce.³⁹ Algumas das observações de Platone são verdadeiras, e outras distorcem características dos *Cadernos* de Gramsci, pois ele apresentou uma noção pré-concebida do que o conteúdo dos cadernos deveria conter de acordo com “a terminologia tradicional dos marxistas”.

As distorções presentes na edição de Platone dos *Cadernos* do Cárcere foram reproduzidas nas traduções iniciais dos textos de Gramsci em inglês. Em seu pequeno livro de sessenta e quatro

³² Cf., Lev Loseff, *On the Beneficence of Censorship: Aesopian Language in Modern Russian Literature*, trans. by Jane Bobko (München: Otto Sagner in Kommission, 1984).

³³ Vladimir Lenin, *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism*, in *Collected Works*, ed. by George Hanna, trans. by Yuri Sdobnikov, vol. 22 (London: Lawrence & Wishart, 1964), p. 187.

³⁴ Fabio Frosini, “Gramsci, la democrazia, il comunismo,” *Critica marxista* no. 5 (2014): 33–38.

³⁵ As notas de Sraffa estão reproduzidas em: Nicola Badaloni, “Due manoscritti inediti di Sraffa su Gramsci,” *Critica marxista* no. 6 (1992): 43–50.

³⁶ Sraffa in Badaloni, “Due manoscritti inediti di Sraffa su Gramsci,” p. 46.

³⁷ Sraffa in Badaloni, “Due manoscritti inediti di Sraffa su Gramsci,” p. 46.

³⁸ Platone, “Prefazione,” in Gramsci, *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*, p. xix.

³⁹ Platone, “Prefazione,” in Gramsci, *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce*, p. xx.

páginas, *The Open Marxism of Antonio Gramsci (O Marxismo Aberto de Antonio Gramsci)*, publicado em 1957, o qual contém traduções do primeiro volume da edição de Platone intercalado com comentários, Carl Marzani explica que Gramsci escreveu em códigos, era “negado qualquer escrito marxista” e tinha que “citar de memória”.⁴⁰ Por questão de acessibilidade, Marzani “decodificou” as expressões codificadas de Gramsci em suas traduções. Em seu texto mais influente, *The Modern Prince and Other Writings (O Príncipe Moderno e Outros Escritos)*, também publicado em 1957, Lous Marks explica: “de modo a evitar o olho sempre atento da supervisão da prisão, Gramsci era forçado a usar suas próprias perifrases para se referir a nomes e ideias controversos. Portanto, ele nunca mencionou o marxismo”.⁴¹ Ao traduzir “filosofia da práxis” por “filosofia da ação”, Marks explica que “Marx e Engels são sempre mencionados como ‘os fundadores da filosofia da ação’”. Marks substituiu os termos codificados de Gramsci por “termos usuais pelo bem de uma leitura mais fácil”.⁴² Com ampla distribuição, *The Modern Prince (O Príncipe Moderno)* apresentava a primeira maior introdução ao pensamento de Gramsci no mundo anglófono, inclusive na Índia, onde foi rapidamente lido e discutido após sua publicação, com as usuais ressalvas sobre as “necessárias circunlocuções” de Gramsci.⁴³ Muitas das distorções apresentadas no *The Modern Prince* eram clarificadas pelo tratamento cuidadoso de Quintin Horae e Geoffrey Nowell Smith a respeito da linguagem de Gramsci nas *Selections from the Prison Notebooks (Seleções dos Cadernos do Cárcere)* (New York: International 1971), mas as distorções criadas por Platone e reproduzidas por Marzani e Marks continuaram a ser repetidas. Os equívocos sobre Gramsci nunca ter usado as palavras “Marx”, “Marxismo”, ou “proletariado”, de que não podia ler trabalhos marxistas na prisão, e de que era forçado a citar de memória por causa da falta de livros, foram absolvidos e continuamente repetidos pela literatura acadêmica.

Para entender a especificidade da terminologia de Gramsci, especialmente em relação à censura da prisão, é necessário retornar ao labirinto dos Cadernos completos, notando as maneiras pelas quais ele formulou e alterou termos específicos ao longo do tempo. Com a edição crítica de Valentino Gerratana dos *Cadernos do Cárcere*, é possível ver como palavras, tais como Marx, marxismo, e proletariado, aparecem nas notas de Gramsci. Em seus primeiros rascunhos, os quais estão excluídos na edição de Platone, não há indicação de que Gramsci escondeu suas referências a Marx ou ao marxismo. Nos Cadernos 1-9, compostos entre 1929 e 1932 na prisão de Turi, Gramsci escreveu o nome de Marx e *marxismo/marxisti* literalmente centenas de vezes, muitas vezes como títulos de notas. Neste período, parece que Gramsci apenas escondeu referências explícitas a indivíduos associados à União Soviética, tal como Lênin, Trotsky, Bukharin.⁴⁴ A afirmação que ele não citou Marx e Engels é totalmente falsa. Gramsci não apenas citou Marx e Engels diretamente, como utilizou quase metade do Caderno 7 (1930-1931) para traduzir uma antologia alemã dos escritos de Marx para o italiano.⁴⁵ Além da edição alemã dos escritos de Marx, Gramsci tinha outras cópias de escritos de Marx e outros textos marxistas com ele na prisão.⁴⁶

⁴⁰ Carl Marzani in Antonio Gramsci, *The Open Marxism of Antonio Gramsci*, trans. and annotated by Carl Marzani (New York: Cameron Associates, 1957), p. 13.

⁴¹ Marks, Introduction, in Gramsci, *The Modern Prince and Other Writings*, p. 57.

⁴² Marks, Introduction, in Gramsci, *The Modern Prince and Other Writings*, p. 57.

⁴³ Susobhan Sarkar, “Thought of Gramsci,” *Mainstream* VII, no. 9 (1968): 17–26 (p. 18); Cf., Sobhanlal Datta Gupta, “Gramsci’s Presence in India,” *International Gramsci Society Newsletter* no. 3 (1994): 18–21.

⁴⁴ Por exemplo, no Caderno 3, §31, Gramsci discute abertamente Marxismo e se refere a Marx, Antonio Labriola, Plekhanov, ao livro de Otto Bauer *Socialism and Religion*, e Luxemburgo, mas altera sua referência a Trotsky usando o pseudônimo “Leon Davidovich”.

⁴⁵ Antonio Gramsci, *Quaderni di traduzioni (1929–1932)*, ed. por Giuseppe Cospito e Gianni Francioni, 2 vols., Edizione nazionale (Roma: Istituto della Enciclopedia italiana, 2007), pp. 741–828.

⁴⁶ Para uma lista de referências aos escritos de Marx por Gramsci, ver o index de citações de Gerratana em Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, ed. Valentino Gerratana, edizione critica dell’Istituto Gramsci, 4 vols. (Torino: Einaudi, 1975), pp. 3062–3.

De meados de 1932 até agosto de 1933, enquanto na prisão de Turi, Gramsci começou a trabalhar em cinco cadernos especiais (10, 11, 12, 13, e 16) e três cadernos miscelâneos (14, 15, e 17). Esta fase dos cadernos do cárcere marca a significativa transformação crítica e teórica do projeto de Gramsci, pois ele começa a organizar e revisar suas primeiras notas miscelâneas em cadernos monotemáticos. Neste processo, Gramsci começava a substituir referências evidentes ao Marxismo pela frase “filosofia da práxis” assim que ia reescrevendo e organizando suas notas iniciais. Por exemplo, no Caderno 10 “A Filosofia de Benedetto Croce” (abril 1932 – junho 1935), Gramsci começou a esconder referências diretas a Marx e ao Marxismo, o que fica óbvio quando se compara seus primeiros rascunhos (textos A) com os segundos rascunhos (textos C). No Caderno 4, §56 (novembro de 1930), por exemplo, ele menciona a discussão de Croce sobre Marx e Machiavelli. No segundo rascunho da nota do Caderno 10 II, §41 (agosto de 1932), ele esconde a referência explícita a Marx com a frase “o fundador da filosofia da práxis”.⁴⁷ Coisas parecidas aparecem através dos cadernos depois de maio de 1932, com menos referências frequentes a Marx e ao Marxismo – apenas três dezenas, em comparação com o período anterior a meados de 1932 com quase trezentas referências. Não é claro se a mudança de terminologia de Gramsci se deu por causa da elevada vigilância da prisão ou se ele decidiu ter mais cautela dada a mudança significativa que seu trabalho estava tomando. Como argumentou Wolfgang Fritz Haug, a natureza das cartas da prisão de Gramsci também mudaram durante este mesmo período, e não é claro se as mudanças se deram por causa das condições da prisão ou pelo estado de espírito de Gramsci.⁴⁸

Apesar de Gramsci ter usado “filosofia da práxis” para esconder suas referências ao Marxismo, a frase não significa simplesmente Marxismo. Um entendimento filológico do uso e desenvolvimento da frase nos Cadernos do Cárcere revelam que filosofia da práxis representa a separação teórica de Gramsci com as noções Hegeliana e Croceana de “filosofia do espírito” por um lado, e com o economicismo histórico do Marxismo positivista por outro. A distinção entre “filosofia da práxis” e “filosofia do espírito” aparece antes nos Cadernos do Cárcere, e Gramsci descreve práxis como uma componente do Marxismo (Q7 §18). Existem algumas notas, tal como no Caderno 8, §61 e §198 – que contém “Marx” ou “Marxismo” e a “filosofia da práxis”. O desenvolvimento da filosofia da práxis de Gramsci originou da discussão sobre Marxismo e filosofia que ocorreu antes de seu encarceramento – notavelmente o trabalho de Antonio Labriola, o qual usou a frase “filosofia della praxis” para descrever o Marxismo.⁴⁹ Essa distinção de terminologia significa uma maior distinção teórica entre as concepções Hegeliana (idealista) e Marxista (materialismo histórico) de história, enquanto também separam Gramsci das formas mecanicista e positivista do Marxismo. Não é simplesmente um código ou um eufemismo, a filosofia da práxis significa a auto-definição da concepção de Gramsci do Marxismo.⁵⁰ Logo, a noção de que “filosofia da práxis” significa simplesmente Marxismo, distorce a tentativa de auto-clarificação teórica de Gramsci. Neste sentido, o uso de filosofia da práxis e o abandono da “terminologia tradizionale dei marxisti” por Gramsci não era apenas uma cobertura para evadir as autoridades da prisão, como sugeriu Platone, mas representa um desenvolvimento inovativo na revitalização do Marxismo, dada a degeneração positivista e a falência do movimento socialista. Portanto, talvez seja a natureza não-dogmática e aberta do

⁴⁷ Gramsci, *Quaderni del carcere*, p. 1315. Para as datas das notas de Gramsci, eu sigo Gianni Francioni, *L'Officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei «Quaderni del carcere»* (Napoli: Bibliopolis, 1984), pp. 140–6 e a versão atualizada em Giuseppe Cospito, “Verso l’edizione critica e integrale dei «Quaderni del carcere»,” *Studi Storici* 52, no. 4 (2011): 881–904.

⁴⁸ Atualmente, não há evidência externa que suporte ou rejeite a possibilidade de que as autoridades da prisão tenham intensificado a vigilância sobre os escritos de Gramsci em meados de 1932. Por isso, como indica Haug, é difícil descartar tal possibilidade. Ver Wolfgang Fritz Haug, “Gramsci’s ‘Philosophy of Praxis’”, *Socialism and Democracy* 14(1), 2000, pp. 1–19; e Derek Boothman, “A Note on the Evolution—and Translation—of Some Key Gramscian Terms,” *Socialism and Democracy* 14, no. 2 (2000): 115–30.

⁴⁹ Antonio Labriola, *Discorrendo di socialismo e di filosofia* (Roma: E. Loescher, 1902), pp. 54–55.

⁵⁰ Roberto M. Dainotto, “Gramsci and Labriola: Philology, Philosophy of Praxis”, in *Perspectives on Gramsci: Politics, Culture and Social Theory*, Joseph Francese (ed), New York: Routledge, 2009, pp. 50–68; Wolfgang Fritz Haug, “From Marx to Gramsci, from Gramsci to Marx: Historical Materialism and the Philosophy of Praxis,” *Rethinking Marxism* 13, no. 1 (2001): 69–82.

pensamento de Gramsci – os verdadeiros elementos que contribuíram para seu legado intelectual – que eludiram seus primeiros editores, não simplesmente sua linguagem críptica.

Se Gramsci planejasse e usasse a palavra “subalterno” ou a frase “grupos sociais subalternos” como palavras-código para “proletariado”, como sugerem os estudiosos dos estudos subalternos, se poderia assumir que o uso dos termos seguiu o uso de “Marx”, “Marxismo”, e de “filosofia da práxis” antes e depois de meados de 1932: “proletariado” apareceria em suas notas iniciais e então começaria a ser substituído por “subalterno” e “grupos sociais subalternos” nas notas posteriores. Mas este não é o caso. Ele usou “proletariado” e as frases “classes subalternas” e “grupos sociais subalternos” ao longo dos Cadernos do Cárcere. A palavra “proletariado” e suas variações (proletari, proletario, proletaria) aparecem quase cinquenta vezes antes de meados de 1932, e cerca de vinte vezes depois de meados de 1932. Não há um caso em que ele tenha usado “proletariado” em um texto A e depois substituído por “classes subalternas” ou “grupos sociais subalternos” em um texto C. Além de “proletariado”, ele usou palavras como “lavoratori”, “operarie”, e “classi lavoratrici” antes e depois de meados de 1932. Logo, não há nenhuma evidência textual que suporte a afirmação de que “subalterno” é um código para “proletariado”.

O termo “subalterno” (*subalterni, subalterna*) aparece pela primeira vez no Caderno 1. Em fevereiro-março de 1930, Gramsci usou o termo em sentido literal se referindo às forças militares não-comissionadas (§43, §48, §54), e em sentido figurado se referindo às posições de status menor ou subordinado (§61, §116, §139). A frase “classes subalternas” (*classi subalterne*) aparece pela primeira vez no Caderno 3, §14, intitulado “História da classe dominante e a história das classes subalternas”, escrito em junho de 1930. A nota é relativamente pequena e de uma natureza geral teórica. Ela aparece em um conjunto de notas que examinam como intelectuais interpretaram a história e a sociedade italiana. A segunda aparição do termo ocorre no Caderno 3, §18, intitulado “História das classes subalternas”, também escrito em junho de 1930. Na nota, ele compara as autonomias, as instituições, e as condições dos “escravos da antiguidade e os proletários medievais” com as condições do Estado moderno, fazendo uma distinção analítica entre os grupos subalternos pré-modernos e modernos. A palavra “proletari” aparece quatro vezes no Caderno 3, §18, e quando Gramsci revisou a nota do Caderno 25 §4 (1934) ele não escondeu o uso de “proletari”, escrevendo um total de cinco vezes. Porque “subalterno” e “proletari” aparecem juntos nas duas versões das notas antes e depois de meados de 1932, se tornou difícil sustentar a ideia de que “subalterno” é uma palavra-código para “proletariado”. O fato de que ele usa “grupos subalternos” na forma plural em referência à Roma Antiga, à Idade Média, e ao Estado moderno, também sugere que ele não está se referindo à uma única classe – ou seja, ao proletariado industrial.

No Caderno 25, escrito entre julho de 1934 e início de 1935, o qual inclui uma compilação de quatorze textos A, Gramsci se refere a escravos, camponeses, grupos religiosos, mulheres, diferentes raças, ao *popolani* e a *popolo* das comunas medievais, ao proletariado e à burguesia antes do *Risorgimento*, como grupos subalternos. O Caderno 25, §4, em particular, ilustra como Gramsci concebeu grupos subalternos em termos de classe e diferença. Ele escreveu: “Spesso i gruppi subalterni sono originariamente di altra razza (altra cultura e altra religione) di quelli dominanti e spesso sono un miscuglio di razze diverse, come nel caso degli schiavi” (“Muitas vezes os grupos subalternos são originariamente de outra raça (outra cultura e outra religião) daquelas dominantes e muitas vezes são uma mistura de raças diversas, como no caso dos escravos”).⁵¹ Neste sentido, as condições dos grupos subalternos não são meramente definidas pelas relações de classe, mas sim pela intersecção entre classe, raça, cultura e religião que funcionam em modalidades diferentes em contextos históricos específicos. O foco de Gramsci na diferença nos e entre os grupos subalternos também aborda a questão das categorias contrastantes de identidade que fornecem as bases para excluir grupos particulares da participação em organizações políticas dominantes.

⁵¹ Gramsci, *Quaderni del carcere*, p. 2286.

Imediatamente após as questões de raça, cultura, e religião no Caderno 25, §4, Gramsci menciona a posição da mulher na história Romana. “La quistione dell’importanza delle donne nella storia romana è simile a quella dei gruppi subalterni, ma fino a un certo punto; il «maschilismo» può solo in un certo senso essere paragonato a un dominio di classe, esso ha quindi più importanza per la storia dei costumi che per la storia politica e sociale (“A questão da importância das mulheres na história romana é parecida com aquela dos grupos subalternos, mas até um certo ponto; o “machismo” pode ser comparado apenas em um certo sentido a um domínio de classe, esse tem, portanto, mais importância para a história dos costumes do que para a história política e social”).⁵² Aqui ele reconhece especificamente que a subordinação das mulheres funciona diferentemente da subordinação de classe, logo não reduzindo gênero à classe, ou subsumindo a dominação da mulher sob a dominação de classe. Apesar de não ser inteiramente claro de que maneira a dominação masculina possa ser comparada à dominação de classe, na visão de Gramsci, a ideia de masculinidade “tem uma grande importância para a história dos costumes mais do que para a história política e social”, sugerindo que ele via a cultura e os costumes masculinos como sendo mais influenciável na subordinação da mulher do que a institucionalização política. Em análises feministas contemporâneas, porém, as condições que contribuem para a subordinação da mulher incluem a tradição e o costume, como também as concepções masculinas de lei e política.⁵³ Além desses pontos, Gramsci não investiga o status da mulher adiante no Caderno 25. Porém, em seus escritos pré-carcerários e em suas notas “Sobre Alguns aspectos da Questão Sexual” nos *Cadernos do Cárcere*, ele argumenta que a mulher, de maneira similar aos grupos subalternos, deveria desenvolver independência social, não em relação aos grupos dominantes no poder, mas em relação à supremacia masculina.⁵⁴ Gramsci via a subordinação da mulher ocorrendo através da classe, tanto na burguesa como na classe trabalhadora, a mulher era excluída da participação da vida política coletiva.⁵⁵ Este aspecto do pensamento de Gramsci e seu foco na “Questão Sexual” indicam que seu entendimento crítico da subordinação não é meramente baseado em termos de classe.⁵⁶ Se Gramsci considerasse os grupos subalternos apenas em termos de classe, como sugere a tese da censura, ou se sua visão geral fosse “mono-gênero” como afirma Spivak, não teria sentido ele ter introduzido a subordinação da mulher em suas análises.

Considerando seu uso das frases “classe subalterna” e “grupos sociais subalternos” através dos Cadernos e seu tratamento expansivo dos grupos subalternos no Caderno 25, não há evidência de que ele usou os termos como palavras-código ou eufemismos para proletariado. Porém, como Valentino Gerratana indica, existem alguns lugares onde Gramsci usou a palavra “classe” nos textos A e substituiu por “grupos sociais” nos textos C depois de meados de 1932.⁵⁷ Gerratana argumenta que as mudanças de terminologia são provavelmente por causa do “aumento da vigilância de Gramsci contra a fiscalização da prisão” e não a “substituição do conceito marxista de classe pela metodologia sociológica da dinâmica dos ‘grupos sociais’”.⁵⁸ Em relação ao Caderno 25, Gramsci substituiu “classes subalternas” por “grupos sociais subalternos” ou “grupos subalternos” em todos os casos, exceto um. Porém, as mudanças na terminologia claramente não indicam uma tentativa de Gramsci

⁵² Gramsci, *Quaderni del carcere*, p. 2286.

⁵³ Sobre tradições e costumes, ver, por exemplo, Martha C. Nussbaum, *Sex & Social Justice*, New York: Oxford University Press, 1999, especialmente o capítulo 1. Sobre lei, ver, por exemplo, Catharine A. MacKinnon, *Feminism Unmodified: Discourses on Life and Law*, Cambridge: Harvard University Press, 1987.

⁵⁴ Antonio Gramsci, “La morale e il costume (‘Casa di bambola’ di Ibsen al Carignano),” *Avanti*, 22 March 1917, in Antonio Gramsci, *Scritti (1910-1926)*, ed. Leonardo Rapone and Maria Luisa Righi, Edizione nazionale, vol. 2 (1917) (Roma: Istituto della Enciclopedia italiana, 2015), pp. 196–99. Cf., Caderno 1, §62; Caderno 22, §3; Caderno 22, §9.

⁵⁵ Gramsci, “La morale e il costume”; Jane Slaughter, “Gramsci’s Place in Women’s History,” *Journal of Modern Italian Studies* 16, no. 2 (2011): 256–72.

⁵⁶ Nelson J. Moe, “Production and Its Others: Gramsci’s ‘Sexual Question.’” *Rethinking Marxism* 3, no. 3–4 (1990): 218–37.

⁵⁷ Valentino Gerratana, *Gramsci: problemi di metodo* (Roma: Editori riuniti, 1997), pp. 22–4.

⁵⁸ Gerratana, *Gramsci: problemi di metodo*, pp. 22, 23.

de esconder suas referências a “classe”. Por exemplo, no Caderno 25, §4 – composto dos cadernos 3, §16, e §18 – ele substituiu “classes subalternas” pelas frases “grupos subalternos” e “grupos sociais subalternos”, mas a nota contém também as frases *classi popolari*, *classe dominante*, *dominio di classe*, e *proletari* (classes populares, classe dominante, domínio de classe, e proletários).⁵⁹ Do mesmo modo, o Caderno 25, §5 contém as frases *classi subalterne*, *gruppi subalterni*, e *classi dirigenti* (classes subalternas, grupos subalternos, e classes dirigentes).⁶⁰ A frase “classes subalternas” também aparecem nos cadernos até mesmo em 1935, nos Cadernos 27 e 29. Como esses exemplos demonstram, Gramsci claramente não disfarça todas as referências à palavra “classe”.

Em alguns casos, as variações de “classes subalternas” e “grupos sociais subalternos” aparecem como categorias sobrepostas. Como sugerido por Giorgio Baratta, a mudança de terminologia aponta para uma maior ênfase na natureza heterogênea dos subalternos, enfatizando a problemática da relação e diferença entre “le categorie di ‘popolo’, ‘classi’ e ‘gruppi sociali’” (as categorias de ‘povo’, ‘classes’ e ‘grupos sociais’).⁶¹ Tais distinções são manifestadas nas formas que as classes são constituídas em contextos históricos específicos e em relação à outras formas contribuintes de desagregação e marginalização, tais como relações de raça, religião, e gênero, entre outras. “La categoria ‘subalterni’ è pertanto”, segundo Baratta, “attraversata da una stratificazione e differenziazione di cui occorre tener conto per non cadere in astrazioni indetermante” (“A categoria ‘subalternos’ é, portanto, segundo Baratta, atravessada por uma estratificação e diferenciação a qual é necessário considerar para não cair em abstrações indeterminadas”).⁶² Ao longo de passagens semelhantes, Massimo Modonesi tem argumentado que a transição de “classe” para “grupo social” indica que “Gramsci volesse essere più preciso nella nozione di classe e non estenderla alla molteplicità delle forme di subalternità” (“Gramsci queria ser mais preciso na noção de classe e não estendê-la à multiplicidade das formas de subalternidade”).⁶³ Neste sentido, é possível fazer distinções entre as classes subalternas e entre os elementos marginais e periféricos nestas classes. Seguindo a partir disso, como argumenta Guido Liguori, o conceito de “subalterno” fornece um “arricchimento delle categorie tradizionali del marxismo” (“enriquecimento das categorias tradicionais do marxismo”) (i.e., burguesia/proletariado), nisto está entrelaçado a análise de classe com as especificidades estruturais, culturais e ideológicas da posição social e da subjetividade.⁶⁴

3. CONCLUSÃO

Se considerado os Cadernos do Cárcere completos, se torna claro que “grupos sociais subalternos” não é simplesmente um código para “proletariado”, mas, de fato, um elemento permanente da investigação de Gramsci que se desenvolve em uma análise polivalente. Depois da discussão inicial de Gramsci sobre as classes subalternas no Caderno 3, o foco nos subalternos se torna um tema recorrente através dos Cadernos. Entre junho de 1930 e agosto de 1933, ele compôs mais de trinta notas discutindo grupos subalternos e classes em seus cadernos miscelâneos, e usou variações das frases “história das classes subalternas” como rúbrica para dezessete notas. Dos cadernos especiais que ele começou a trabalhar no período de meados de 1932, suas discussões sobre grupos subalternos aparecem nos Cadernos 10, Caderno 11”(Introdução ao Estudo da Filosofia”),

⁵⁹ Gramsci, *Quaderni del carcere*, p. 2284–7.

⁶⁰ Gramsci, *Quaderni del carcere*, pp. 2287–9.

⁶¹ Giorgio Baratta, *Antonio Gramsci in contrappunto: dialoghi col presente* (Roma: Carocci, 2007), p. 121.

⁶² Baratta, *Antonio Gramsci in contrappunto*, p. 123.

⁶³ Massimo Modonesi, “Subalterni, subalternità e subalternismo. Da Gramsci alla scuola di Studi subalterni,” in *Studi gramsciani nel mondo: Gramsci in America Latina*, ed. by Dora Kanoussi, Giancarlo Schirru, and Giuseppe Vacca (Bologna: Il mulino, 2011), p. 365.

⁶⁴ Guido Liguori, “‘Classi subalterne’ marginali e ‘classi subalterne’ fondamentali in Gramsci,” *Critica marxista* no. 4 (2015), p. 48; Cf., Guido Liguori, “Tre accezioni di ‘subalterno’ in Gramsci,” *Critica marxista* no. 6 (2011): 33–42; Guido Liguori, “Conceptions of Subalternity in Gramsci,” in *Antonio Gramsci*, ed. by Mark McNally (New York: Palgrave Macmillan, 2015), 118–133.

Caderno 13 “A Política de Machiavelli”, e o Caderno 16 “Temas de Cultura: I.” Além do Caderno 25, dos doze cadernos especiais (18-29) que Gramsci começou durante o período de Formia, suas discussões sobre as classes subalternas aparecem no Caderno 27 “Observações sobre ‘Folclore’” e no Caderno 29 “Notas para uma introdução ao estudo de gramática”.

Diferente da sua desorientada recepção nos estudos anglófonos, retornar aos manuscritos completos de Gramsci revela que “grupos sociais subalternos” é uma das categorias originais que emergem de sua investigação multifacetada da política italiana, da cultura e da história. Como uma reflexão aberta sobre as condições de subordinação, ele nunca forneceu uma definição precisa de “grupos sociais subalternos”. O significado é apenas verificado através da extrapolação a partir das formas pelas quais ele usou o termo em contextos históricos específicos. As comparações históricas de Gramsci revelam as várias relações de poder e subordinação em formações políticas distintas: a composição do Estado, a formulação da cultura dominante, a representação intelectual dos grupos subalternos, as condições pelas quais os grupos subalternos organizam instituições para representar seus interesses políticos, as possibilidades e impedimentos a autonomia subalterna, e as construções das diferenças entre os grupos subalternos. Sua análise comparativa histórica ilustra que seu interesse na atividade dos grupos subalternos não era simplesmente restrito ao proletariado moderno ou subsumida à classe. Em sua análise separada, ele nunca reduziu subordinação a uma relação única, mas, ao contrário, concebe isso como um conjunto de relações de sócio-políticas e econômicas. A noção Gramsciana de “grupos sociais subalternos” implica que os grupos subalternos estão subordinados ao poder, interesse, influência, liderança, e direção de um grupo dominante ou uma “combinação única” de grupos dominantes. Porém, os grupos subalternos não necessariamente carecem de poder. Ao contrário, na concepção de Gramsci, as condições dos subalternos são constituídas através da exclusão, dominação, e marginalidade em várias formas, e o nível de subordinação dos grupos subalternos é relativo ao seu nível de organização política, autonomia, e influência sobre os grupos dominantes e instituições dominantes.

Retornar aos Cadernos do Cárcere de Gramsci e reconsiderar a significância dos “grupos subalternos” em seu trabalho pode fornecer compreensões e possibilidades de superação do suposto impasse dos estudos subalternos, reintroduzindo o entendimento materialista histórico do capital e classe no projeto dos estudos subalternos, e apresentar um diálogo crítico entre Gramsci e a Estudos Subalternos.⁶⁵ Dado que Gramsci concebeu os grupos sociais subalternos em termos mais amplos do que sugere a tese da censura, talvez repensar a categoria no contexto atual pode produzir novos entendimentos sobre a política de dominação e subordinação em suas várias formas no espaço político, especialmente considerando os aspectos neo-coloniais aparentes do neoliberalismo, da finança global, da divisão internacional do trabalho, e as relações interseccionais de raça, classe, gênero, e diferença. Traduzir a análise e crítica de Gramsci sobre “subalternidade” para o momento contemporâneo pode fornecer estradas para repensar as possibilidades de formação política alternativa e organizações de práxis política.

Recebido em 31-08-2019

Aprovado em 12-12-2019

⁶⁵ Sobre o impasse dos estudos subalternos, ver Vasant Kaiwar, “On Dipesh Chakrabarty’s *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference* and Ranajit Guha’s *Dominance without Hegemony: History and Power in Colonial India*”, *Historical Materialism* 12, no. 2 (2004): 189-247. Sobre a reintrodução do materialismo histórico nos estudos subalternos, ver Pranav Jani, “*Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*” Edited by Vinayak Chaturvedi,” *Historical Materialism* 11, no. 3 (2003): 271-88. Sobre o diálogo crítico entre Gramsci e a *Estudos Subalternos*, ver Alf Gunvald Nilsen and Srila Roy, eds., *New Subaltern Politics: Reconceptualizing Hegemony and Resistance in Contemporary India* (New Dehli: Oxford University Press, 2015).